

Indústria se une contra MP que eleva receita; Pacheco também crítica

Tributos Mais receitas

Indústria, construção civil e prefeitos rejeitam MP que eleva a arrecadação

— Pesos-pesados do setor produtivo do País dizem que medida provisória pode atrapalhar o PIB e gerar desemprego

BRASILIA
RIO
SAO PAULO

A publicação da medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamento para 17 setores que mais empregam no País provocou críticas e protestos de pesos-pesados do setor produtivo e de prefeitos. A decisão, no último dia útil do ano, pode afetar o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) e

umentar o desemprego, conforme entidades de classe. Além disso, segundo representantes de associações de classe, contraria e desrespeita o Congresso, que havia prorrogado a desoneração até 2027.

A MP foi anunciada na quinta-feira pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e publicada ontem no *Diário Oficial* da União. São três medidas que, segundo o ministro, irão manter o Orçamento de 2024 equilibrado. Além da reonera-

ção gradual da folha de pagamentos, a MP prevê a limitação das compensações tributárias decorrentes de decisões judiciais e a retomada da tributação sobre o setor de eventos.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) chamou a MP de "equivoco" ao reformar, sem diálogo prévio com o setor produtivo, uma lei promulgada pelo Congresso. "Este caminho para buscar o equilíbrio das contas públicas é absolutamente inapropriado

tanto pela forma quanto pelo desrespeito à autonomia legislativa", disse a entidade em nota. "A questão deveria estar pacificada, pois decorre de lei que o Executivo vetou e o Congresso derrubou o veto."

Para a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), é "lamentável" que, para atingir a meta de zerar o déficit das contas públicas, o governo onere o setor produtivo e não torne os gastos públicos mais eficientes. "A reoneração, ainda que gradual, da folha de pagamentos por MP coloca em risco milhares de empregos. Diversos estudos demonstram que a política pública de desoneração da folha contribuiu para o aumento no PIB, no emprego e nas exportações", disse a entidade.

Para o Sindicato da Indústria da Construção do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), o anúncio da MP no mesmo dia da promulgação da lei que estendeu até 2027 a desoneração desrespeitou o Legislativo. A entidade disse que a medida vai afetar o próprio governo federal nas obras públicas de infraestrutura

e habitação—no Minha Casa, Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para a Confederação Nacional de Municípios (CNM), "a MP retira uma importante conquista, que representaria economia de R\$ 11 bilhões ao ano para os orçamentos municipais".

Ontem, o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a MP causou "estranheza" e vai analisar o teor legal da medida.

Incerteza
Para construção civil,
medida traz instabilidade
para novos investimentos
de infraestrutura

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, minimizou as reações. "É natural que tanto setores quanto parlamentares se posicionem", disse Padilha à CNN Brasil. **AMANDA PUPO, DANIELA AMORIM, CIRCE BONATELLI e CAIO SPECHOTO**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1